REVISTA Língua & Literatura
ISSN 1984-381X

A dança dos sentidos: do sujeito autor ao leitor real

The dance of meanings: from the subject author to the real reader

Thaís Valim Ramos[1]

Resumo: Este artigo tem o propósito de refletir sobre a relação entre os sujeitos presentes no processo de leitura. Ancorados no aparato teórico da análise do discurso entendemos o ato de leitura como um processo bastante complexo que envolve um sujeito no lugar de autor, o qual se dirige a um leitor imaginário que não necessariamente corresponde ao leitor real. Dessa forma, não há garantias de manutenção dos sentidos de um texto, mas há um processo de desestruturação-reestruturação dos sentidos no processo de leitura. Para pensarmos a constituição dos sentidos e a relação entre o autor, leitor real e leitor imaginário, usamos um artigo do jornal "A Folha de São Paulo" postado no *Facebook* dia 21 de dezembro de 2016, bem como alguns comentários, também do *Facebook*, a respeito do texto. Este artigo se justifica pelo fato de que para compreender como o sujeito e o sentido se constituem no ato de leitura é necessário ter presente o movimento dos sentidos concomitantes e antagônicos entre as posições de autor e de leitores, o que podemos comparar a uma dança dos sentidos.

Palavras-chave: Leitura. Posição autor. Leitor imaginário. Leitor real.

Introdução

A leitura está presente em nossas vidas de maneira bastante intensa, ela se relaciona a muitas de nossas atividades diárias, desde um bilhete, um texto de jornal, manuais até textos científicos. Mas o que é ler? Seria uma simples atividade de decodificação? Receber uma mensagem de um emissor e decifrá-la? Diante de um texto, caberia ao leitor resgatar as intenções do autor? Esta perspectiva da leitura como um ato comunicativo se faz presente na forma como muitas vezes se estimula a leitura na escola. No entanto, não é esta visão que permeia nosso estudo. Ancorados nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) com filiação a Pêcheux, buscamos pensar a leitura. Neste campo de estudo, a leitura é entendida

[1] Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora na Universidade de Passo Fundo. E-mail: thaisvr@gmail.com

como produção de sentidos sócio-historicamente determinados; o foco não está na função-conteúdo do texto, mas no seu funcionamento. Dessa forma, além dos aspectos linguísticos propriamente ditos, interessa-nos pensar os efeitos de sentido possíveis, tomando, para isso, a constituição histórica e ideológica destes.

No tocante à leitura em AD, uma primeira questão nos parece fundamental: trata-se da noção de *texto* nesta perspectiva teórica. O texto é a unidade de análise por meio da qual se tem acesso ao discurso – trata-se da materialidade linguística. O que interessa para a AD, conforme traz Indursky (2001, p. 28), "é o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade, vale dizer, com a exterioridade e o modo como organiza internamente estes elementos provenientes da exterioridade para que produzam o efeito de um texto homogêneo". O texto, como se apresenta ao leitor, isto é, com sua aparente homogeneidade e fechamento, elementos necessários e constitutivos, resulta de um trabalho da ordem do imaginário, pois a leitura implica ir além da apreensão dos sentidos, implica reconhecer que o sentido pode sempre ser outro. Dito de outro modo, a leitura pensada deste ponto de vista envolve um movimento que vai da unidade (imaginária) à dispersão, necessária para o gesto de interpretação subjetivo.

Temos, então, de um lado, um texto que é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente, inscrito em uma Formação Discursiva (FD) e que ocupa a função de autor, e, de outro, o texto que é lido por outro sujeito que ocupa o lugar de leitor e que é também interpelado ideologicamente e identificado a uma FD. Neste processo, o sujeito-autor estabelece "uma trama entre diferentes recortes discursivos, provenientes de diferentes textos afetados por diversas Formações Discursivas e diferentes posições-sujeito" (INDURSKY, 2001, p. 31), resultando numa textualização desses recortes no texto, os quais parecem ter sido produzidos ali de forma natural, criando um efeito de homogeneidade. Os discursos que atravessam o sujeito-autor precisam ser atravessados pelo esquecimento para aparecerem como novos no interior do texto. O sujeito em AD é constituído pelos esquecimentos denominados por Pêcheux de n. 1 e n. 2. Sobre os esquecimentos, Pêcheux (2009 [1975], p. 150) diz que "o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina". Para o autor (ibidem, p. 162), o esquecimento n. 1 dá conta do fato de que "o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina". O sujeito,

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

dessa forma, não controla seu dizer, não é a origem deste, mas precisa desta ilusão para (se) dizer. O esquecimento n. 2 é aquele que "cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia a 'liberdade' de sujeito falante" (ibidem, p. 162). Assim, o sujeito-autor escreve sob a ilusão de que controla e domina perfeitamente os sentidos do texto que produziu e que os sentidos que ali estão são únicos e transparentes.

Ao escrever um texto, ocasião em que ocupa a função de autor, o sujeito se dirige a um leitor imaginário, denominado por Orlandi como leitor virtual, trata-se do interlocutor pressuposto pelo sujeito-autor no momento em que escreve seu texto. Dessa forma, o leitor real, ao ler o texto, tem de se relacionar com o leitor virtual que aí se encontra. A leitura trata, então, da relação que se instaura entre o leitor virtual e o leitor real. A interação, no processo de leitura, não é do sujeito com o texto, mas entre sujeitos – sujeito-autor, leitor virtual, etc. –; tal interação é apenas mediada pelo texto. Tomar o texto como fechado e com sentido absoluto é retirar deste sua historicidade. No entanto, ressalta-se, ainda apoiados em Orlandi (2012, p. 11), que "a leitura é o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante".

A ilusão de completude, fechamento e transparência do texto é necessária também para o sujeito-leitor. Este produzirá sua leitura a partir de seu lugar social, que pode coincidir ou não com o lugar social ocupado pelo sujeito-autor. Dessa forma, a leitura que o sujeito-leitor fará poderá mobilizar discursos diferentes daqueles do sujeito-autor, dependendo da identificação deste sujeito com uma ou outra formação discursiva. Assim, o mesmo texto pode remeter a sentidos diferentes para leitores diferentes, dependendo das regiões do interdiscurso que são mobilizadas em uma ou outra FD.

Ler é, então, uma prática que mobiliza o interdiscurso, e, sendo todo enunciado suscetível a tornar-se outro, derivar para um outro, como diz Pêcheux (1983), o leitor é levado a interpretar a partir de uma "teia discursiva invisível, constituída de palavras anônimas já-ditas e já esquecidas que constituem um 'corpo sócio-histórico de vestígios' a serem lidos" (INDURSKY, 2001, p. 37). Assim, não há garantias de manutenção dos sentidos, mas há, no processo de leitura, a possibilidade de desestruturação-reestruturação dos sentidos. Os sentidos que podem ser lidos no texto não necessariamente estão ali, a leitura implica "saber o

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente" (ORLANDI, 2012, p. 13). O sujeito-leitor preenche os espaços vazios deixados no texto a partir da memória discursiva e reconstrói o texto produzindo novamente um efeito de homogeneidade e completude.

Estão também presentes na prática de leitura as relações de força; o lugar social de onde o sujeito-leitor lê faz parte do processo de significação. Pêcheux (1982), em seu texto "Ler o arquivo hoje", afirma que há uma divisão social do trabalho de leitura – a alguns cabe o direito de produzir e interpretar, constituindo atos políticos; enquanto a outros cabe a tarefa subalterna de preparar e sustentar essas interpretações. Ou seja, há quem ocupe uma posição social legítima para interpretar, e quem não tem legitimidade para tal, cabendo a estes reproduzir essas interpretações. Dito de outro modo, há uma restrição com relação a quem pode interpretar no quadro do trabalho intelectual e cultural. Os responsáveis pela interpretação devem facilitar a leitura daqueles considerados menos capazes, ou seja, devem livrar o discurso das possíveis ambiguidades, fixando um sentido legítimo aos enunciados, como se estes fossem neutros e independentes da memória histórica.

Um gesto de análise

Para pensarmos a constituição do sentido e a relação entre o autor, leitor real e leitor virtual, trago um artigo do jornal "A Folha de São Paulo" de 18 de dezembro de 2016, escrito por Patrícia Campos de Mello e postado no *Facebook* dia 21 de dezembro do mesmo ano, bem como alguns comentários, também do *Facebook,* a respeito do texto.

O título do texto traz o seguinte enunciado: "Diante de números recordes de refugiados, Brasil precisa ajudar mais". Abaixo do título aparece uma imagem com uma cerca de arame farpado representando a fronteira que não pode ser ultrapassada por estes sujeitos, que encontram-se confinados neste espaço. Algumas pessoas caminham no chão empoeirado, não há cor, não há plantas, a vida não tem condições de brotar neste lugar. Entre estas pessoas estão algumas crianças, e, como legenda da imagem, temos "Crianças Sírias caminham em campo montado temporariamente para receber refugiados".

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017



Crianças sírias caminham em campo montado temporariamente para receber refugiados

A imagem suscita significados que remetem ao sofrimento, à pobreza, à necessidade de ajuda dessas pessoas, solicitando a empatia do sujeito-leitor. Quanto a estas materialidades, podemos dizer que buscam sensibilizar o leitor a respeito das condições de vida dessas pessoas. Mariani (1998) traz que uma das formas do funcionamento do texto jornalístico é o uso de aspectos de convencimento, os quais são instigados pela remissão a determinadas zonas do interdiscurso, pelo viés da memória discursiva. Nas palavras da autora:

> Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, digerem para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento jornalístico um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores. (1998, p. 59-60).

Assim, o funcionamento do discurso jornalístico parece sustentar-se na relação entre o novo – na medida que apresenta o que ainda não é conhecido pelo sujeito que lê – e o velho, ou seja, certos elementos que remetem a já-ditos (ou já-vistos, no caso de imagens), que podem instaurar esse efeito persuasivo mencionado anteriormente.

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

Outro aspecto sobre o funcionamento do discurso jornalístico é o efeito de verdade. Sob a ilusão de neutralidade e transparência dos sentidos, o jornal ganha legitimidade para noticiar os fatos. Contribui para produzir esse efeito o uso de pesquisas e números de agências renomadas, como a ONU. Dessa forma, busca-se fazer com que o sujeito-leitor organize sua relação com a realidade identificando-se com o discurso da imprensa, como observamos na SD abaixo.

> **SD1 -** O total de refugiados no mundo também é recorde — 21,3 milhões de pessoas tiveram de sair de seus países, fugindo de guerras ou perseguição, segundo dados do Acnur, a agência da ONU para refugiados. Outros 40,8 milhões são os chamados deslocados internos, ou seja, foram obrigados a sair de suas casas e se reassentaram dentro dos próprios países.

O ato de noticiar, assim como qualquer outro enunciado, não é neutro nem transparente. O discurso jornalístico interpreta ou mesmo produz os acontecimentos, conforme traz Mariani (1999), produzindo leituras do mundo. São interpretações de parte do que se constitui historicamente numa formação social e que é dado a ler. Os acontecimentos são compilados e editados de forma que possam ser lidos como espelhos da realidade. A notícia funciona, assim, "desambiguizando o mundo" (MARIANI, 1999, p. 112), produzindo a ilusão de um sentido unívoco. Ocorre, nessa produção dos sentidos, a tendência a torná-lo sensacional, como forma de suprir a demanda por acontecimento.

Também produz um efeito de verdade o fato de a reportagem trazer dizeres de especialistas, tais como observados na SD seguinte.

> **SD2 -** Para Marina Motta, assessora em Direitos Humanos da Anistia Internacional, o Brasil precisa ter um papel mais assertivo na crise. É preciso fazer acordos internacionais para receber refugiados e também reassentar pessoas que conseguiram sair de seus países, mas agora estão em campos de refugiados superlotados. Em 2016, o país só reassentou 33 pessoas.

Embora saibamos da impossibilidade de completude, a interpretação feita pelo jornal não faz relação com a história dos fatos, proporcionando, assim, uma reorganização dos sentidos. No entanto, dizeres de outros lugares, ou mesmo de outras reportagens que, sob o regime da repetição, fazem parte da memória discursiva, podem atribuir outros sentidos para

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

o texto. São dizeres que podem levar a uma generalização e estereotipia dos sentidos de que toda pessoa vinda do Oriente e de religião muçulmana é terrorista, violenta, conforme o recorte retirado dos comentários do *Facebook* acerca da notícia mencionada:

> **SD3 -** Isso. Precisamos de mais caminhões passando por cima da gente. 60 mil homicídios tá pouco.
>
> **SD4 -** Ser mais humanitário de qual maneira? Abrir as portas para os refugiados igual a França e a Alemanha fizeram e ser vítima de atentado radical terrorista 💣 💣? Oferecer refugio , abrir as portas para os refugiados e no meio vir terrorista . Lembrem se que o Brasil é um pais LAICO . Os radicais extremistas do EI seguem um único deus (Alah). No Brasil há mais de uma religião e por consequência , mais de uma crença e deuses . Imaginem a explosão que seria?

Observa-se, nesses recortes, o diálogo com outros fatos noticiados pela imprensa. A relação entre a religião muçulmana e o terrorismo é bastante marcante nestas sequências discursivas.

Outro ponto que pode solicitar uma leitura diferente é o termo refugiado. Ao se referir aos refugiados, uma interpretação possível é de uma multidão de pessoas que irão invadir outros países, roubar empregos e terras, conforme podemos constatar na SD abaixo, recortada dos comentários acerca da notícia do jornal.

> **SD5 -** O brasileiro não tem emprego não tem moradia o brasileiro vive na miséria e ainda querem trazer mais refugiados para cá. Vamos cair na real não temos condições nem para nós e vamos trazer mais pessoas para cá.
>
> **SD6 -** Esta louco ajudar. Como vai empregar essas pessoas sendo q falta aqui e ainda por cima vem terrorista infiltrado.
>
> **SD7 -** Se for a "acolhida humanitária" que deram aos haitianos, senegaleses, etc. É melhor pensar. Agora eles estão aos milhares, vendendo mercadoria pelas ruas, e dividindo as calçadas, com os brasileiros que perderam o emprego.

Nestes recortes podemos verificar o receio de que os refugiados irão ocupar o lugar do brasileiro, tirando seu emprego e competindo em relação aos direitos destes enquanto pertencentes a este país. A condição de refugiado em que se encontram estas pessoas está

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

ligada ao conceito de fronteiras, que traz o limite da alfândega, portas, muros altos que delimitam as nações e estabelecem um sentimento de pertencimento imaginado. Essas fronteiras servem como barreiras territoriais que dão existência às nações, e, dessas barreiras, emana o poder que divide o mundo entre colonizadores e colonizados. No entanto, essas barreiras não estabelecem apenas fronteiras geográficas, mas também políticas, econômicas, raciais/étnicas, culturais e sociais. São fronteiras que instituem e dão sentido às diferenças.

O termo refugiado compreende uma categoria dentro do conceito de migrante, que serve para distinguir os migrantes voluntários daqueles que são forçados a deixar seu país ou residência de origem devido ao medo da perseguição em virtude de raça, religião, nacionalidade, ou por casos de violação dos direitos humanos devido a conflitos armados. Segundo Jubilut e Apolinário (2010), o termo refugiado adquiriu caráter jurídico em âmbito mundial a partir da I Guerra Mundial, e, com o desenvolvimento da Liga das Nações, teve início o direito internacional dos refugiados. No entanto, estes deslocados sempre figuraram um excedente da população. Após a II Guerra Mundial, esta questão atingiu proporções gigantescas. É em 1951, como reflexo da Convenção de Genebra, que se forja um conceito mais abrangente para o termo refugiado. Diz o manual da Convenção que

> em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar. (MANUAL, 2004, p. 18-19).

Voltado para fatos ocorridos antes de 1951, algumas categorias de refugiados que surgiram posteriormente não se encaixavam nesta definição, e novas disposições foram laçadas à Convenção. Assim, em 1967 foi elaborado um Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, no qual os Estados se comprometiam a aplicar as disposições da convenção de 1951. Legislações foram aperfeiçoadas e novos panoramas e rotas surgiram desde então, mas, de modo geral, ainda se discute sobre quem tem direito a requerer e receber asilo e assistência. Essa questão se intensificou depois dos atentados terroristas ocorridos em Nova

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

York em 11 de setembro de 2001. É a partir desta data que a temática ganhou novos contornos.

Uma das justificativas para esses novos contornos está no fato de parte dos refugiados atuais serem resultado de conflitos ocorridos em decorrência dos atentados – muitos deles nasceram de guerras e revides contra o terror e de perseguições a indivíduos e nacionalidades.

A partir dos recortes usados nas análises tanto do texto do jornal como dos comentários dos leitores, verificamos que os sujeitos em questão (autor e leitor) não se identificam com a mesma formação discursiva. Segundo Indursky (1998), "A cada um desses espaços de formulação corresponde um efeito-sujeito diferente e a relação que entre eles se estabelece é de confronto e, por conseguinte, os efeitos de sentido mobilizados também estão em relação de tensão".

O leitor real, ao se apropriar do texto, já encontra aí um leitor constituído com o qual terá que se relacionar. Assim, a relação entre leitor-virtual e leitor real é de confronto, resultante de sua identificação ou contra-identificação com o sujeito do discurso que está sendo lido, relação essa que se dá a partir do lugar social e da formação discursiva nos quais o sujeito real se inscreve.

Observando os comentários retirados do *Facebook*, podemos atentar para a relação de tensão que se coloca na interação entre sujeito-autor, leitor virtual e leitor real.

> **SD8 -** Tá de brincadeira, dá uma olhada no índice de desemprego e no nosso PIB. Não temos condições de receber mais refugiados. E quem está fazendo o controle de segurança pra não deixar nenhum terrorista se infiltrar no país? Vejam o que está acontecendo na Inglaterra e Alemanha por exemplo; mulçumanos atacando a religião local, agredindo cidadãos verbalmente e fisicamente, tentando impor a cultura deles a todo custo. Por favor, mantenham o Brasil brasileiro.
>
> **SD9 -** O mesmo politicamente correto que condenou a Europa a conviver com atentados terroristas. Deixam entrar todo mundo sem critério e os terroristas vêm juntos. O Brasil já ser um país violento não é desculpa para trazer uma nova modalidade de violência.
>
> **SD10 -** O povo deve ser consultado se querem receber estes imigrantes loucos, nós não queremos estes psicopatas, já temos problemas de sobra aqui em nosso País!

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

> **SD11 -** Se nossa realidade é cruel para nós, para eles talvez seja o paraíso. Nunca fechar as portas para quem precisa. Mas é claro que todo e qualquer ato de violência qualquer que seja deve ser punido com o rigor da lei. Não vamos esquecer que o bom de nosso país foi feito com imigrantes. Muitos deles refugiados de guerras. Que atire a primeira pedra quem não é descendente de um deles.

Nos recortes observa-se que o olhar não se volta para a vida sofrida dos refugiados, mas para os problemas internos do Brasil. Aparece um sentimento de indignação com relação à possibilidade de ajuda do Brasil, como podemos verificar nas SDs 8 e 9 – "tá de brincadeira comigo", "o mesmo politicamente correto [...]". A relação entre a religião muçulmana, o terrorismo e o refugiado, já mencionada anteriormente, também aparece nestas SDs. Tratam-se de dizeres estereotipados que são repetidos e naturalizados também pelo discurso da imprensa, representando o discurso de países desenvolvidos. É retomada a memória social da violência, há um temor com relação ao terrorismo que se projeta sobre os refugiados, resultado de dizeres estereotipados que funcionam marcando fronteiras sob a ilusão de conhecer o outro.

A fixidez do estereótipo cria um efeito de adequação do outro para garantir o controle social, já que, com base no reconhecimento do diferente, é possível definir o que é normal ou não, o que pertence ou não. Dessa forma, a repetição e regularização dos estereótipos tem relação com um jogo de força que se vale destes para manter as relações de poder existentes entre os povos. Nesse sentido, vale-se dos estereótipos como forma de cultura, e servir-se deles representa ser aceito por um grupo social e ser reconhecido como membro de uma comunidade.

Nas sociedades humanas, sempre estiveram presentes as relações de poder. Essa relação dá aos sujeitos o estatuto de "superiores" ou "inferiores". Reconhecendo-se como superior, o sujeito tem a necessidade de se diferenciar do outro, tratando-o como inferior, bem como evitando qualquer contato social até que este outro sinta-se como tal. A exclusão e a estigmatização dos sujeitos são armas poderosas para afirmar a superioridade de um grupo sobre outro.

A falta de empatia entre os grupos, pode-se dizer, acontece pela necessidade da desigualdade para o primeiro grupo ser considerado superior. É da necessidade de ser olhado

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

e ter suas qualidades reconhecidas que deriva o orgulho de ser melhor que o outro; enquanto a desatenção, a ausência do olhar ao outro revela uma indiferença que nega o direito do sujeito de ser reconhecido, permanecendo, assim, no anonimato. Estes sujeitos devem aparecer somente na condição de marginal, perigoso, imoral, enfim, algo ameaçador para a sociedade inteira, a escória que merece o seu destino. Trazendo Foucault (2012, p. 104), trata-se de "impor ao proletariado, pela via da legislação penal, da prisão, mas também dos jornais, da 'literatura', certas categorias da moral dita 'universal' que servirão de barreira ideológica entre ela (a burguesia) e a plebe não proletarizada".

A SD 11 apresenta a possibilidade de ajuda e a retomada histórica de que o brasileiro é descendente de imigrantes que já passaram por situações parecidas; no entanto, permanece a visão deste povo como violento e merecedor de ser punido com o rigor da lei. Recorre-se ao jurídico para, em termos legais, atribuir e manter os direitos dos cidadãos, e, para isso, é preciso separar os não-cidadãos e mantê-los à distância, apontar diferenças e responsabilizá-los por sua condição, recorrendo-se, então, a aspectos ditos culturais.

Há nas SDs uma flutuação entre os termos refugiado e imigrante, fato que podemos atribuir à condição de estrangeiro a que estes termos remetem, referindo-se àquele que vem de outro lugar. No entanto, a condição do estrangeiro pode se referir também àquilo que de nós reconhecemos nos outros, dada a alteridade que nos constitui. Frente ao não reconhecimento do estrangeiro que habita o sujeito, aquele considerado estrangeiro assusta, é melhor evitá-lo, deixá-lo do lado de fora da fronteira, rejeitá-lo, afastá-lo e, dessa forma, adiar o encontro com a nossa própria condição de estrangeiro. Frente a esse medo, as paredes ao redor do mundo parecem aumentar e se tornar cada vez mais grossas e altas. Um clima de medo tem povoado o imaginário dos povos, que buscam estratégias para fechar as fronteiras e proteger suas nações – estratégias que não somente focam na linha fronteiriça, mas nos lugares de origem dessas pessoas. A reação à presença desses imigrantes está mais declarada, mais visível frente à pobreza e dificuldades que a figura desse estranho carrega consigo.

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

Considerações finais

Iniciamos este artigo indagando sobre o que é leitura. A partir do percurso delineado, compreendemos que os discursos são produzidos em certas condições. Ao tratar do discurso jornalístico, observamos que este se ampara numa ilusão de transparência e de veracidade dos fatos. No entanto, podemos observar, nos recortes trazidos nas análises, a tensão que se coloca entre os sujeitos – sujeito-autor, leitor virtual e leitor real – no tocante a esta veracidade. Tensão esta que, pode-se dizer, é dada pela relação de poder relacionada à produção de sentidos. Apoiados nos comentários dos leitores, podemos dizer que a deriva de sentido se coloca diante de outros fatos noticiados pela imprensa e que representam a voz dos países desenvolvidos em oposição aos terroristas, sendo colocados nesta categoria todos aqueles de religião muçulmana. Dessa forma, mesmo nos textos da imprensa ou de um mesmo jornal, há sentidos dominantes, a partir dos quais todos os outros textos são lidos.

Abstract: This article aims to reflect on the relationship between the subjects present in the reading process. Anchored in the theoretical apparatus of discourse analysis we understand the act of reading as a very complex process involving a subject in the place of author, which addresses to an imaginary reader that does not necessarily correspond to the real reader. Thus, there is no guarantee of maintaining the meanings of a text, but there is a process of de-structuring/re-structuring the meanings in the reading process. To think about the constitution of meanings and the relationship between the author, the real reader and the imaginary reader, we use an article from the newspaper "A Folha de São Paulo" posted on Facebook on December 21, 2016, as well as some comments, also from Facebook, about the text. This article is justified by the fact that in order to understand how the subject and the meanings are constituted in the act of reading it is necessary to bear in mind the movement of the concomitant and the antagonistic meanings among the positions of author and of readers, which we can compare to a dance of meanings.

Keywords: Reading. Author position. Imaginary reader. Real reader.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: *Memória e história na/da análise do*

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017

discurso. INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

_____. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, E. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

JUBILUT, L.; APOLINÁRIO, S. *A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração*. In: Revista Direito GV. São Paulo: jan/junho, 2010, 6, p. 275-294.

MARIANI, B. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico - A revolução de 30. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

_____. *O PCB e a imprensa*: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MANUAL de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado – De acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Brasília: ACNUR, 2004.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura.* 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
PÊCHEUX, M. (1983). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. (1982). Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. (1975). *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.

Recebido em: 15 ago. 2017
Aprovado em: 23 out. 2017